

O	PM
T	OO
E	eD
M	OO

2EE

O TEMPO E O MODO

1969

Nº

74

DEZEMBRO
nova série



Discutem-se
as eleições

Para onde vão
os economistas
portugueses?

Sobre arte e
política

América
América



mesa redonda

CINCO REDACTORES DE O TEMPO E O MODO JOGAM O JOGO DA VERDADE (POSSÍVEL) COM JOÃO BÉNARD DA COSTA, DIRECTOR DA REVISTA QUE FOI CANDIDATO A DEPUTADO PELA C D E DE LISBOA NAS ELEIÇÕES GERAIS PORTUGUESAS DE OUTUBRO DE 1969.

ARNALDO MATOS — Achas já possível fazer o balanço da participação da Oposição nas actuais eleições, dos resultados que daí advieram para fortalecimento ou enfraquecimento dela, Oposição, e dos resultados que advieram para fortalecimento ou enfraquecimento da linha do Governo? Considere-se Oposição o conjunto de indivíduos que não são pela União Nacional, os da Oposição ao regime.

BÉNARD DA COSTA — Primeiro do que tudo, e a propósito da palavra Oposição, penso que ela perdeu totalmente o sentido. Não agora, não com estas eleições, mas progressivamente, com o movimento esboçado desde há um ano para cá, a chamada **liberalização**. Isto é, a partir da altura em que o Governo e a União Nacional começam a fazer apelos a gente que vai até ao «centro», portanto até à renovação da União Nacional. Deu-se uma deslocação nas bases de sustentação do regime, que estava extremamente confinado a elementos de extrema direita, que tinha vindo a excluir de si, nos últimos tempos, gente de «centro» e de «centro direita» (que passou a ter uma atitude discreta de oposição, ou até mesmo, nalguns casos, uma atitude activa de oposição). Isso acaba com o marcelismo. Acaba, quando se admite que há uma esperança no interior do Governo e no interior do regime, que se pode continuar dentro dele, e quando esses sectores aderem à União Nacional ou deixam de hostilizar abertamente o regime.

Isto, forçosamente, altera a composição tradicional da Oposição portuguesa. Por outro lado, há a definição dum «socialismo democrático» em termos cada vez mais precisos, a partir do regresso do Dr. Mário Soares de S. Tomé. Estabelece-se assim, aquilo que se pode chamar «socialismo democrático» (ou social-democracia) português, que vinha de trás, mas que se define, que se precisa, a partir dessa altura. Por outro lado ainda, radicaliza-se também, cada vez mais, uma Oposição de extrema-esquerda, que era até aí praticamente inexistente, ou existente mas com pouca repercussão, e que a partir deste ano, ao nível da Universidade (e não só) começa a ser uma força presente. Não é por acaso que este ano se assiste às primeiras manifestações de contestação pública que aparecem em Portugal e à presença,

dessa contestação na vida política portuguesa, ao mesmo tempo, com certa actividade coerente e depois com uma percentagem abstencionista no acto eleitoral (que não se pode saber qual é, mas que é muito significativa) Tudo isto, portanto, faz rebentar o «leque» tradicional da Oposição e explica também porque é que a Oposição não se apresentou às urnas coligada, ou seja, porque é que pela primeira vez, não foi possível apresentar uma Oposição unida nas eleições. É evidente, que há casos anteriores, há o caso das eleições de 58 com o General Delgado e o Dr. Arlindo Vicente, e antes disso o caso do Dr. Rui Luís Gomes e do Almirante Quintão Meireles, mas esses casos, parece-me a mim, devem-se sobretudo a atritos de momento, sem o significado político da actual cisão.

Nestas eleições, pelo contrário, tudo se preparava para que a Oposição não se apresentasse coligada. Teria sido a meu ver um contrasenso que isso não se tivesse verificado e aquilo que aconteceu foi o aparecimento de três tipos de Oposição, bastante diferenciados, ou melhor, de quatro tipos de Oposição: uma que é interna ao Governo, interna à União Nacional, e que se exprime nos renovadores da União Nacional, apresentando um programa que assentava até em em algumas das reivindicações clássicas da Oposição (caso dos 4 candidatos do Porto); outra, a Oposição que se exprimiu na CEUD; outra, que é uma Oposição de «esquerda», embora ainda com bastantes compromissos, e que é a que está em torno do movimento C. D. E.; e uma outra que se exprimiu pela abstenção. Não estou a considerar grupos como a Acção Democrática e Social ou a Terceira Força, que me parecem pouco relevantes.

O facto mais importante para mim, parece-me ser essa clarificação de paisagem política e, ao mesmo tempo também, e dentro disso, o que se processou, ao nível de CDE, em Lisboa.

Para entrar, agora directamente na resposta à tua pergunta, eu creio que pela primeira vez foi possível, e por isso me parece de interesse o movimento da CDE, o aparecimento de um sector da Oposição que não se limitou a atacar o regime, mas fez uma crítica ao sistema, um ataque ao sistema, ainda que com deficiências. Mais: pela primeira vez foi colocada a alternativa capitalismo-socialismo, houve a proposta de um certo tipo de socialismo ainda não muito definido, ainda sofrendo uma série de ambiguidades, mas é uma tentativa de definição que é algo de novo, nunca tinha acontecido. Pode-se dizer que isso é pouco ainda, mas parece-me que isso enquanto mobilização, enquanto possibilidade de mobilização de sectores despoliticizados, é importante. A luta foi feita em termos mais correctos, o que me parece ser já uma grande vantagem.

TUDO SE PREPARAVA PARA QUE A OPOSIÇÃO NÃO SE APRESENTASSE COLIGADA...

ELEITORALISMO . . .

ARMANDO DE ABREU—Parece-te que a definição dessa opção socialista, em termos mais radicais do que o habitual, terá sido decisiva no chamamento de pessoas ao movimento CDE, ou fundamentalmente esse chamamento não teve mais do que motivações estritamente eleitorais, como de costume?

BÉNARD DA COSTA — Julgo que não foram motivações eleitoralistas mas motivações programáticas. Ou seja, para algumas pessoas a opção colocada nesses termos e o facto de ter valido a pena lutar e de se ter podido apresentar um programa mais radical do que os tradicionais, foi um chamamento importante, determinante mesmo.

ARMANDO DE ABREU — Em que medida é que achas contraditória a ida às eleições perante um programa anti-eleitoralista?

BÉNARD DA COSTA — Aí existe de facto uma contradição. Realiza-se, por um lado a campanha, portanto, a apresentação perante o eleitorado, e essa é correctamente equacionada no manifesto da CDE: denúncia do processo eleitoral desde o primeiro momento, e não só do processo eleitoral português, mas consideração das possibilidades dadas, apesar de tudo, durante uma campanha eleitoral. Nesse campo estou convencido que se conseguiram resultados.

Contraditória, porém com essa campanha é a própria ida às urnas. No entanto, funcionando uma máquina, é natural que a maioria dessa máquina seja por uma ida às urnas; isso prende-se com a falta de perspectivas políticas da maior parte das pessoas e ainda com a impossibilidade de explicar correctamente porque é que não se vai às urnas, ou porque é que não se iria...

ARMANDO DE ABREU — Resta saber até que ponto é que a acção da CDE se pode traduzir por uma fascinação e não por uma informação.

BÉNARD DA COSTA — Eu penso que isso é correcto. Há as duas coisas: há o aspecto de informação e a partir de certa altura há o aspecto de fascinação. E o aspecto de fascinação vem sobretudo a partir do final da campanha, quando o movimento começa a aumentar e quando as próprias pessoas começam a perder de vista o fim para que trabalhavam e a ficarem fascinados com a resposta que estavam a ter e a acreditar (até) que essa resposta poderia ser interpretada em termos propriamente eleitorais, em termos de votos nas urnas. A partir de certa altura da campanha, esta adquire por parte da U. N., o tom épico das campanhas de 58 e de outras, ou seja, da típica resposta salazarista. E isso conduziu as pessoas a darem o clássico combate, meramente anti-salazarista.

AI EXISTE UMA CONTRADIÇÃO...

O TOM ÉPICO DAS CAMPANHAS

S. PEDRO DE MUEL

A DEFINIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE CONJUNTO PARA A OPOSIÇÃO...

ARNALDO MATOS — Achas que a definição duma táctica de conjunto para a Oposição (plataforma de S. Pedro de Muel) limitou as possibilidades de expressão política de alguns sectores da Oposição? Achas que todo o processo iniciado por essa plataforma está viciado na base e que cortar com essa plataforma num certo momento do processo podia ter sido uma atitude correcta?

BÉNARD DA COSTA — Pois o que eu estou convencido que aconteceu foi que tal como as coisas se estavam a desenhar, a partir de certa altura deste ano, gerou-se, sobretudo em grupos mais ou menos minoritários, uma convicção de que não era possível, de forma alguma, chegar ao resultado a que se chegou, que não era possível esse fraccionamento da Oposição e que mais uma vez se iria para uma plataforma unitária. Isso levou a que uma série de pessoas estivessem desinteressadas do processo eleitoral, convencidas que se iria repetir, uma vez mais, o processo clássico. A plataforma de S. Pedro de Muel representou exactamente o compromisso entre as forças tradicionais. O que aconteceu depois disso é a tentativa, ao nível de Lisboa, de rompimento do círculo em que as coisas já estavam fechadas, com o apelo às reuniões do Palácio Fronteira e a novas bases. Ainda o que se passa nessas reuniões não é nada concludente, nem nada claro... Eu estou inteiramente de acordo em que a Plataforma (todo um passado) afastou muita gente que poderia talvez ter entrado no processo se as coisas se tivessem preparado de outra maneira.

JOÃO MARTINS PEREIRA — Julgas possível concluir desde já que a Plataforma de S. Pedro de Muel é o último documento de um certo tipo de unidade da Oposição em Portugal?

BÉNARD DA COSTA — Estou convencido que sim. É sempre possível um retrocesso do regime, embora tudo leve a crer (condições económicas, etc.) que a liberalização se manterá e se reforçará e nesse caso nunca mais será possível uma plataforma do tipo da de S. Pedro de Muel. Também é possível porém, que haja uma reviravolta, que em determinado momento haja um endurecimento do regime, é portanto natural também que na estratégia da Oposição voltem a aparecer grandes plataformas unitárias...

AMADEU LOPES SABINO — Julgo que esse endurecimento do regime só será possível em função de um aumento de luta popular e que, portanto, o regresso atrás é impossível; porque se a luta popular for tão dura que leve o regime a endurecer é porque é uma luta efectivamente radical, donde o regresso a uma plataforma como a de S. Pedro de Muel ser impossível por isso mesmo.

... No entanto, também não podemos ter uma visão uniforme de liberalização. A liberalização espanhola tem passado por endurecimento sucessivos, a perspectiva geral, a perspectiva global, tem sido porém a de descompreensão das relações políticas que é exigida pelo novo estado das relações sociais e económicas. Portanto, independentemente dos endurecimentos que a liberalização pressupõe (conjunturais) eu não julgo que seja possível o endurecimento global do regime sem que uma alteração social o justifique, e essa alteração só pode vir do aumento das lutas de classes...

BÉNARD DA COSTA — Mas repara que, no momento em que um endurecimento se verifica, todos, desde os professores universitários Opus Dei até elementos de extrema-esquerda, aparecem coligados por protesto contra o estado de emergência. Portanto, se o estado de emergência se tivesse mantido em Espanha...

NO MOMENTO EM QUE O ENDURECIMENTO SE VERIFICA

DE EQUÍVOCO EM EQUÍVOCO

AMADEU LOPES SABINO — Falaste há pouco da definição programática da CDE, ainda ao nível de certos compromissos, de uma definição feita com pouca clareza, facto realçado pelo Armando ao referir a contradição entre uma perspectiva anti-eleitoralista, que foi afirmada desde o início, e a ida às urnas. Ora, ao mesmo tempo, as CEUD definiam-se em termos também socialistas, com equívocos, com pouca clareza, etc... Até que ponto é que uma certa conquista, por parte da esquerda, na definição de uma perspectiva socialista, na medida em que foi feita com pouca clareza, não foi abafada por uma definição também socialista feita pela CEUD e não chegámos ao fim com novo tipo de equívocos. Os equívocos que anteriormente existiam em torno da democracia, existem agora em torno do socialismo.

BÉNARD DA COSTA — Eu penso que o que dizes está certo. É evidente que há muitas coisas do programa CDE que poderiam, com mais palavra ou menos palavra, figurar no programa da CEUD, e há muitas declarações de candidatos da CDE, que podiam, com mais palavra ou menos palavra, ser de candidatos da CEUD. Creio, no entanto, que para lá disto, que é realmente verdadeiro, há um ponto em que os equívocos se desfizeram: a análise, por exemplo das condições que possibilitaram o marcelismo em Portugal, do próprio futuro do marcelismo, a previsão, o anúncio, do fim do salazarismo clássico, ou não poderia ter sido feita, ou não entra dentro das perspectivas de um programa social-democrático. Por outro lado, penso também que em variadíssimos pontos do programa CDE, há uma nítida acentuação de qual a espécie de socialismo que se pretenda atingir.

A IDA ÀS URNAS

A CONTRADIÇÃO ESTÁ NO QUERER PARTICIPAR SEM...

ARNALDO MATOS — Há pouco, tu disseste, João, que não concordavas com a ida às urnas, apesar de teres concordado colaborar no processo e até como candidato. Penso que há uma contradição no facto de dizeres que pretendias colaborar na máquina da CDE, evitando ir às urnas. A contradição está não no ter participado, mas no querer participar sem querer ir até final. E até penso que uma vez que a CDE de Lisboa se definiu em contradição, em ruptura, com o programa de S. Pedro de Muel e com outros movimentos unitários, teria talvez sido relativamente correcto aceitar ir às urnas. Quer dizer, o ir às urnas não é uma coisa que se possa determinar «à priori», mas dentro dum certo enquadramento. Suponha-se que os sectores mais à esquerda da Oposição não tinham podido ir às urnas. Julgo que, nesse caso, teriam trabalhado e teriam permitido a apropriação do seu próprio programa pela CEUD. Concordas com esta interpretação?

AMADEU LOPES SABINO — Antes de tu responderes, eu gostava também de fazer um acrescentamento àquilo que disse o Arnaldo Matos. É que eu acho que a partir do momento em que não houve a transição para uma fase diferente, para um outro tipo de presença política, a partir do momento em que não se lançou outro tipo (radical) de luta, deixou de ter significado o não ir às urnas.

BÉNARD DA COSTA — Pois, era precisamente nesse sentido que eu ia responder. Julgo que a participação devia ser encarada sem ter em consideração a ida às urnas, embora isso só pudesse ser definido, estou de acordo, nos últimos momentos. Se se tivesse caminhado para um *aquecimento* progressivo da própria campanha, que em certa altura parecia previsível, se se tivesse desencadeado, por exemplo, na última semana, um movimento generalizado, se isto tivesse acontecido teria sido, digamos, o triunfo duma determinada linha, e, portanto, a ida às urnas não teria significado absolutamente nenhum. Isso não se conseguiu, e a partir desse momento, portanto, a ida às urnas aparece quase correcta. Simplesmente, eu continuei a ver perigos nessa ida às urnas, embora julgue argumento de peso a favor da ida, a possibilidade de os votos terem ido para a CEUD. Porém eu considero que isso mais uma vez veio dar um grande incremento à miragem eleitoralista. Um número grande de pessoas é agora levada a considerar que o que interessa é promover o recenseamento em larga escala, em Janeiro que vem, para em 1973 se conseguir então uma vitória nas urnas.

Isso eu penso que é realmente voltar atrás, fazer crer no contrário daquilo que sempre se tinha dito: que

as eleições não interessavam nada, que mesmo a vitória eleitoral tinha um interesse reduzido.

ARNALDO MATOS — Mas mesmo assim, João, a percentagem de votos obtidos pela CDE pode ser utilizada como argumento no futuro, no sentido de que não é a radicalização dos programas que afasta o povo...

JOÃO BÉNARD DA COSTA — Isso para mim é o ponto mais importante dos 18 % de votos a favor da CDE. Ficou bastante claro que mesmo dentro do chamado eleitoralado, havia uma resposta muito mais positiva a um tipo de programa deste género do que ao programa da CEUD, ao contrário do que se pensava antes. E isso, por exemplo, era uma coisa de que eu não tinha nada a certeza, até às vésperas das eleições. Eu não estava nada convencido que a CDE tivesse uma grande maioria de votos sobre a CEUD, apesar de incontestavelmente o movimento ter uma outra dimensão. Na véspera, não fazia a mínima ideia do que é que ia acontecer em distribuição de percentagem de voto pela CDE e pela CEUD.

Não há dúvida que em Portugal os votos do centro vão para a U. N. A CEUD de Lisboa declarou que até está de acordo, ou que até há identidade, com o que dizem os 4 candidatos da União Nacional do Porto, e as pessoas sentem realmente essa semelhança, e votam na União Nacional. Não quero, de forma alguma, identificar CEUD e U. N.. Quero é significar que entre o programa dos «renovadores» da U. N. e o da CEUD existem muitos pontos de contacto.

OPORTUNIDADE PERDIDA

JOÃO MARTINS PEREIRA — Uma coisa curiosa: falou-se muito de coisas que nunca se tinham falado, como a guerra e outras, mas falou-se extremamente pouco em termos de luta de classes. E no entanto estava-se predisposto a chamar as coisas pelos seus nomes, e a prova é que se abordou a questão da guerra. Ora, efectivamente, falou-se extremamente pouco de luta de classes, a não ser naqueles termos de que as classes trabalhadoras estão exploradas, etc. — apenas nisso. Fez-se extremamente pouca análise em termos de classe, quando era extremamente fácil fazê-la. E era menos arriscado fazê-la do que falar na guerra, por exemplo. Pelo menos em princípio pensava-se que assim fosse. Eu penso que foi uma das oportunidades boas que terá havido para se fazer a este nível uma formação maciça, e aí estou convencido que se perdeu uma oportunidade.

NÃO É A RADICALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS QUE AFASTA

FALOU-SE EXTREMAMENTE POUCO EM TERMOS DE LUTA DE CLASSES